

## Ebó: territorialidade na diáspora africana

*M<sup>a</sup> Joelma Gomes Ferreira<sup>1</sup>*

O objetivo central deste ensaio<sup>2</sup> é pensar a territorialidade na Floresta da Tijuca (figura I) na cidade do Rio de Janeiro<sup>3</sup> a partir dos *ebós*<sup>4</sup> arriados, sobretudo pelos adeptos das religiões de matriz africana, que produzem territorialidades não somente nas áreas verdes, como nas encruzilhadas, nas estradas e nas diferentes paisagens urbanas. Corrêa (2006, p.52) salienta que diferentes práticas culturais “[...] apresentam uma riqueza de informações que nos permitem estabelecer análises socioespaciais, contribuindo dessa feita para a compreensão acurada da sociedade e do espaço por ela construído”. Mas quais são as análises socioespaciais ou leituras territoriais que podemos realizar a partir do ato de arriar *ebó*? O que esta manifestação religiosa demarca na diáspora africana?

Essas inquietações, que movem a escrita deste texto, são observações que surgiram durante o intercâmbio na cidade do Rio de Janeiro e mediante leituras das grafias espaciais na Floresta da Tijuca, ou seja, das ações humanas grafadas e territorializadas nestes espaços.

Figura I – Floresta da Tijuca, Rio de Janeiro



<sup>1</sup> Urbanista, Mestra em Estudos Territoriais, ambas as formações pela Universidade do Estado da Bahia- UNEB.

<sup>2</sup> Este ensaio é um dos resultados do projeto “*Floresta: território sagrado*” realizado no programa de residência Cidade Floresta (2022) que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE a população do Rio de Janeiro estimada em 2021 corresponde a 6.775.561/habitantes e que mais da metade é representada pela população negra.

<sup>4</sup> Beniste (2016) oferenda ou sacrifício feito às divindades.

Em princípio é importante ambientalizar á luz da ciência geográfica, o conceito de território e de territorialidade, para fundamentar a construção textual. Como base no autor Rogério Haesbaert (2004) o território é reconhecido mediante as múltiplas relações de poder nele sobrepostas, por diferentes sujeitos/agentes que dialeticamente se apropriam e produzem uma gama de manifestações. Neste sentido o território “[...] imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaco, “desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica”” (HAESBAERT, 2004, p. 95-96). Enquanto que a territorialidade sob a perspectiva de Sack (1986, p. 219) “[...] não é apenas um meio para criar e manter a ordem, é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado”. Esta se vale, portanto, da valorização/mobilização do sentimento de pertencimento e dos contextos identitários e culturais de cada individuo ou grupo social.

Direcionando o conceito de territorialidade para compreender as experiências religiosas individuais ou coletivas, é, sobretudo, caminhar pelos itinerários que constituem e delimitam o território. De fato, segundo Rosendahl (2005) é pelo território que se encarna a relação simbólica que existe entre cultura e espaço. A autora ressalta “[...] a territorialidade está fortemente impregnada de um caráter cultural. É por intermédio de seus geossímbolos que a religião de um grupo imprime marcas que identificam e delimitam um dado território” (ROSENDAHL, 2005, p.12934). Entrelaçando as abordagens, os *ebós* são a territorialidade afro-religiosa que manifesta o simbólico e que reforça a presença do sagrado em qualquer lugar que for arriado.

Na religião de matriz africana, o *ebó* é uma oferenda dedicada aos orixás, composta por vários elementos e alimentos que juntos nutrem os rituais de benção, cura e agradecimento. É também aquilo de melhor que temos para oferecer. É comunhão, realinhamento, limpeza, cuidado e autoamor. Ao mesmo instante que pode ser considerado enquanto sistema complexo de comunicação que tende elucidar muitas interpretações e narrativas. Na geografia é facilmente identificado como um

geossímbolo<sup>5</sup> que imprime significações culturais espaço-temporais e que semiografam identidades. O *ébo* é fundamento que constituem atributos necessários à consolidação da fé afro-religiosa.

Já num enfoque epistemológico o *ébo* conforme assinalado por Rufino (2019, p. 88), é “[...] um procedimento que aviva as razões no encanto para que o conhecimento seja cruzado, engolido por outras perspectivas e restituído de maneira transformada” e esse encontro é afetado “[...] diretamente sobre as relações de saber/poder, produzindo movimentos com forças de construir outros fluxos de conhecimento” (LIMA, 2021, p. 44-45). Para Ferreira e Fraga (2021), o *ebó* como um conjunto de conceitos é compreendido a partir da tessitura dialógica que reúne diferentes formas de enunciação, as quais estão ancoradas na decolonialidade, esta que segundo Rufino (2016, p. 63), “[...] é para além de um empreendimento político e epistemológico comprometido com as transformações radicais e a transgressão dos limites mantenedores do poder [...]”. Desse modo, Lima (2021) ressalta a capacidade que o *ebó* possui na reconstituição e na formação de lugares, reforça a sua importância nos cruzamentos identitários, estes que vislumbram diversas dimensões e vivências e experiências.

É nesta perspectiva que a Floresta da Tijuca e os *ebós* estão sendo observados, como elementos interconectados. Pode-se dizer que a presença constante dos *ebós* no entorno e dentro da Floresta reforça a importância deste espaço para realização das práticas afro-religiosas na diáspora africana. Santos (1998, p.132) enfatiza que quando os religiosos frequentam os “[...] os fragmentos Florestais, o fazem em busca de recursos outros que os materiais. Procuram-nos porque neles localizam forças de caráter espiritual, a partir de universos simbólicos densos, forjados e modificados no processo social, nas aspirações e nas lutas dos grupos sociais”. Com base nesta leitura, é possível compreender as Florestas enquanto morada das energias e forças naturais que equilibram vidas fragmentadas pelo apagamento das memórias afetivas, as quais guardariam os valores e os cuidados com o meio ambiente.

Além disso, a Floresta da Tijuca, lócus da pesquisa, não representa tão somente um habitat, um ecossistema, ela alimenta o comportamento ancestral e religioso. Ela

---

<sup>5</sup> o geossímbolo pode ser um lugar, um itinerário, uma extensão que, por razões religiosas, políticas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade (Bonnemaison, 2002: 99-109).

constitui, na essência, um território mantenedor de uma herança cultural africana que pela sua importância histórica, social, geradora de elemento necessário à vida, sobretudo à vida urbana, imprimem sua imponência enquanto patrimônio ambiental da cidade do Rio de Janeiro.

Ao escrever sobre as relações ancestrais em África, Sobunfo Somé (2009), aborda a importância dos rituais na construção de relacionamento homem e natureza inspirado na espiritualidade. Segundo autora

[...] existem muitos espíritos diferentes, na África. Cada um dele tem um papel específico, ou uma característica específica, que pode nos ajudar. O espírito da terra, por exemplo, é responsável por nossa identidade, nosso conforto, nossa alimentação, e assim por diante. Existe ainda o espírito da natureza, o espírito do rio, o espírito da montanha, o espírito dos animais, da água e dos ancestrais. Espírito em toda parte. (SOMÉ, 2009, p.28)

A percepção trazida por Somé (2009) coaduna com a prática cultural e ancestral que premeia as diferentes nações de *candomblé* e as demais tradições de origem africana no Brasil, a qual reverencia o sagrado que habita a natureza, e esta reverência acontece através das rezas, dos cânticos e dos *ebós* que alimentam *NKisese, Yuxibu, Orixás e Voduns*<sup>6</sup>.

Há um provérbio iorubá que diz que quando uma entidade espiritual não é alimentada ela morre, ela deixa de existir. Então, há uma dimensão no plano estritamente religioso, imediatamente religioso, que é a alimentação das entidades espirituais, das dimensões e manifestações do divino [...]. (VIDA, 2007, p. 298)

Ou seja, mais que demarcar territorialidade, o *ebó* é antes de tudo, mantenedor da sobrevivência ancestral. Ele alimenta as entidades espirituais e o corpo de quem prepara e oferta. Nogueira (2020) ensina que devemos oferecer parte do que nos mantém vivos, com saúde e alegria, às suas deidades. Com base na exposição, *ebó* é intersecção entre os ancestrais e os vivos, um geosímbolo que ao ser arriado em lugares estratégicos transmite saberes, energias e, tão importante quanto, grafam a existência do povo negro que tem suas identidades forjadas em territórios afro-brasileiros.

Sendo assim, ainda que limitada pelo tempo, busquei neste texto, aplicar a teoria da territorialidade para realizar leituras territoriais, considerando como exemplo, a

---

<sup>6</sup> Entidades espirituais.

presença dos *ebós* arriados no entorno e dentro da Floresta da Tijuca, os quais oferecem uma contribuição fundamental para compreender diferentes epistemologias, grafias humanas e práticas culturais inscritas nos múltiplos territórios.

## REFERÊNCIAS

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R.L. & ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Geografia Cultural: um século**. Rio de Janeiro, Eduerj, 2002: 83-132.

BENISTE, J. **Dicionário yorubá-português**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

CORRÊA, A. M. O terreiro de candomblé: uma análise sob a perspectiva da geografia cultural. In: **Textos escolhidos de cultura e arte populares**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 51-62, 2006. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tecap/article/view/12620>. Acesso: 22 jul. 2022.

FERREIRA, J. G. et al.. A experiência de ser-no-mundo: quilombola, feirante e urbanista. **Anais do XIV ENANPEGE**. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78763>>. Acesso em: 29/07/2022

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 29 jul, 2022.

NOGUEIRA, S. **Intolerância religiosa**. São Paulo: Pólen, 2020.

LIMA, F. Um ebó artístico-epistêmico: desobediências poéticas em Grada Kilomba. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 20, n. 226, p. 42-54, 2021.

ROSENDAHL, Z. Território e Territorialidade: Uma Perspectiva Geográfica para o Estudo da Religião. In: **Anais do X EGAL encontro de geógrafos da América Latina**, São Paulo, 2005.

RUFINO, L. Performances Afro-Diaspóricas e Decolonialidade: o saber Corporal a partir de Exu e suas encruzilhadas. Antropolítica. **Revista Contemporânea de Antropologia**, v.1 n.40, p 54-80, 2016.

SACK, R. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, J. L. **Religião e Florestas**. Campinas: Unicamp, v. 12, n. 32, p. 127-132, dez, 1998.

SOME, S. **Espirito da Intimidade: os ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar**. São Paulo: Odysseus - 2ª ed, 2009.

VIDA, S. S. Sacrifício animal em rituais religiosos: liberdade de culto versus direito animal. **Revista Brasileira de Direito Animal**, v. 2, n. 2, p. 289-305, 2007.